



Devolução de todo o custo da TAP só chega em 2044

Privatização ■ Além dos mais de 3,2 mil milhões de dinheiro público injetado na TAP, existem mais 268 milhões entre juros e custo económico do capital. Governo prevê recuperar dinheiro da injeção até 2040, mas o valor total só deverá ser possível em 2044. ■ P.4-5

Mercado de fusões e aquisições continua a cair em Portugal

M&A ■ Nos primeiros nove meses deste ano, o capital mobilizado no mercado transacional em Portugal caiu 45%, face a igual período do ano passado, para 7,8 mil milhões de euros, de acordo com os dados da TTR Data. O número de operações reduziu-se em 27%, para 379.

■ P.6

Centros de dados, inteligência artificial, energia e regulação em debate

Lisbon Law & Tech ■ Conferência é promovida pelo Instituto de Conhecimento da Abreu Advogados e reúne representantes do Governo, da academia, da indústria tecnológica e da advocacia.

■ P.7

Proença de Carvalho chega ao Porto e mantém-se atento a mais oportunidades

Advocacia ■ Sociedade de Francisco Proença de Carvalho integrou Miguel Gonzalez Amado e Pedro Duarte Batista como sócios no Porto.



Estado nas cotadas? “Não acrescenta nada”, diz António Lobo Xavier

Boa Governança ■ Advogado e presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP falou sobre a evolução do papel dos acionistas nas empresas cotadas e nas exigências acrescidas para os não executivos. E não se furtou a avaliar a entrada do Estado. ■ P.3



MANEL RIFER

Habitação

Institucionais que comprem para arrendar sem benefício do IVA a 6% ■ P.2

Institucionais que compram imóveis para arrendar não beneficiam do IVA a 6%

Habitação ■ Fundos e outros investidores institucionais que compram habitação já concluída para a colocar no mercado de arrendamento não cumprem os requisitos legais deste regime. E deixam de contribuir para uma solução para a crise.

Rodolfo Alexandre Reis
rreis@medianove.com

A impossibilidade de fundos e outros investidores institucionais beneficiarem automaticamente do IVA a 6% na construção está a gerar críticas entre os especialistas do setor imobiliário.

Em causa está quem compra imóveis já concluídos para os colocar no mercado de arrendamento e cujas operações não reúnem os requisitos legais para beneficiarem do incentivo fiscal.

Contudo, a limitação não abrange automaticamente todos os fundos imobiliários: depende da estrutura do investimento e do enquadramento da operação.

Bruna Melo, partner de International Tax and Transaction Services da EY, explica que a taxa reduzida de IVA a 6% na construção cobre dois cenários. “Um é a venda a quem vai viver na casa, com preço até 660.982 euros. O outro é o arrendamento pelo próprio promotor, com renda até 2.300 euros por mês. Valores que serão atualizados para 2027”.

“Fica de fora a venda a investidores que compreem os imóveis para os arrendar a rendas mode-

radas”, afirma. Como tal, na prática, quem constrói para vender a um investidor paga IVA a 23% e quem constrói para vender a famílias paga a 6%.

“A diferença de tratamento não tem justificação face ao objetivo da medida, que é o de colocar mais casas no mercado a preços moderados”, defende.

E critica o desconhecimento da dinâmica do setor por parte do Governo. “Em tese, o promotor constrói para vender e raramente está alinhado com o modelo de construção para arrendamento, que obriga a deter o imóvel durante anos”, diz.

Por outro lado, os investidores institucionais, como fundos de pensões e fundos de investimento têm outro perfil. “Não querem expor-se ao negócio da promoção imobiliária, com os seus riscos de licenciamento, obra e comercialização. Querem deter imóveis para arrendamento, muitas vezes a longo prazo. Procuram rendimentos estáveis e previsíveis, e por isso compram o ativo já construído, em bloco, e gerem-no de forma profissional”, aponta, realçando que o promotor assume o risco de construir e sai com a venda.

Esta limitação no regime deixa

Há diferenças no taxa de IVA a pagar por quem constrói e vende casas para um investidor (23%) ou para famílias (6%)



fora dele um conjunto significativo de investidores com capacidade para financiar, gerir e colocar no mercado grandes carteiras de habitação para arrendamento.

“Quando a oferta é escassa e os preços são elevados, dispensar capital de longo prazo e gestão profissional é um contrassenso. A venda a um investidor, de uma só vez, também dá ao promotor a segurança necessária para avançar com o projeto”, sublinha.

Como tal, acredita que este cenário permitiria ainda colocar num único momento um número expressivo de casas no mercado de arrendamento, o que ajudaria a equilibrar as rendas.

Bruna Melo diz que o problema não se esgota nestecaso concreto, pois o regime está repleto de condições e exclusões. “Cada requisito acrescenta risco para quem investe e abre espaço a interpretações diferentes entre contribuintes e AT, criando incerteza e imprevisibilidade, essenciais para

a decisão de investir”, afirma.

Prioridade a quem constrói

Pedro José Santos, coordenador do Departamento Fiscal da RSN Advogados diz que a questão se coloca, sobretudo, quando os fundos, seguradoras ou outros investidores institucionais não intervêm na construção e entram apenas numa fase posterior, adquirindo imóveis já concluídos para os colocar no mercado de arrendamento.

“Aí existe efetivamente uma limitação ao aproveitamento do benefício, mas ela parece-me coerente com a lógica subjacente ao regime, de fazer com que a redução do IVA se traduza, tanto quanto possível, numa diminuição efetiva do custo da habitação para quem compra para habitação própria ou numa redução do custo de produção da habitação que é diretamente colocada no mercado de arrendamento, evitando que o benefício fiscal se dilua numa cadeia de

intermediação sem impacto necessário no preço final ou na renda praticada”, explica.

O advogado defende que tal como está estruturado, o benefício deve seguir a criação de habitação e não apenas a circulação do ativo imobiliário e reconhece que se o objetivo é criar nova oferta de habitação, faz mais sentido premiar quem assume o risco de construir do que quem entra apenas depois de o imóvel estar concluído.

“Esta limitação pode ser parcialmente ultrapassada através de estruturas de associação entre promotores e investidores institucionais, permitindo que os fundos participem desde a fase de desenvolvimento e construção dos projetos”, refere.

Clarificação fiscal

Sérgio Fagundes Conceição, associado principal da Antas da Cunha Ecija, alerta para a necessidade de distinguir corretamente as verbas

**Bruna Melo**

Partner International Tax and Transaction Services da EY

**Pedro José Santos**

Coordenador de Fiscal da RSN Advogados

**Sérgio Fagundes Conceição**

Associado principal da Antas da Cunha Ecija

incluídas nos contratos de empreitada, nomeadamente seguros, cauções e fundos de garantia.

“Não existe uma exclusão automática de ‘seguros’ e ‘fundos’ do IVA a 6%; existe, sim, uma necessidade de qualificar cada verba”, sublinha.

Os seguros debitados pelo empreiteiro ao dono da obra podem constituir despesas acessórias da empreitada e integrar a base tributável. Já as cauções e os depósitos de garantia verdadeiramente reembolsáveis podem ficar fora dessa base, desde que não correspondam, na realidade, a uma parte do preço ou a uma contraprestação por serviços.

“As quantias que sejam preço ou despesas acessórias da empreitada tendem a integrar a base tributável. As quantias que sejam meras garantias reembolsáveis, ou pagamentos feitos em nome e por conta do dono da obra e corretamente registados como tal, podem ficar fora da base tributável”, conclui.

Estado nas cotadas? “Não acrescenta nada”

Boa Governança ■ António Lobo Xavier falou sobre a evolução do papel dos acionistas nas empresas cotadas e nas exigências acrescidas para os não executivos. E não se furtou a avaliar a entrada do Estado. Negativamente.

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

O que é que o Estado acrescenta ao entrar numa empresa cotada? “Não acrescenta nada.”

É assim que António Lobo Xavier, advogado, que exerceu e exerce funções de administração executiva, não executiva e de supervisão em algumas das mais relevantes empresas e instituições portuguesas, responde sobre o atual movimento do Estado entrar no capital de empresas que considere estratégicas.

Apontou o caso da banca, em que foi noticiado que o Governo admite a possibilidade de adquirir uma participação minoritária inferior a 5% no BCP, aproveitando uma eventual saída da Fosun, que detém 20,45%. O ministro das Finanças garantiu que o assunto nunca foi, sequer, abordado.

“Intervenções do Estado na banca, tirando os ciclos de crise e de recuperação e de *bailout*, só há em países com estruturas institucionais fracas ou duvidosas ou até não democracias”, afirma António Lobo Xavier. “Não existe nenhum país civilizado que entenda que a participação do Estado no capital de um banco seja estratégica e, de facto, em Portugal também não precisamos disso, porque o Estado tem um banco com 40% do mercado e, portanto, e também existe um Banco de Portugal e um Banco Central Europeu”, aponta. “Não existe nenhum nenhuma necessidade de introduzir um problema”, sublinha.

Esta é uma especulação, mas houve um negócio que se concretizou. O Estado reentrou no capital da REN – Redes Energéticas Nacionais, com uma participação, agora, de 19%. “É uma empresa aberta, nunca teve nenhum problema, é supertransparente. Nunca ninguém dete-

tou nenhum problema que carecesse de uma participação no capital”, diz Lobo Xavier. “Podia-se discutir se o operador se a titularidade dos ativos devia estar separada do operador de sistema. Isso é outra coisa, mas isso [a entrada no capital] não resolve esse problema”, afirma.

Critica a ideia. “Um país pequeno, como Portugal, não pode dar-se ao luxo de ter ideias nacionalistas do tipo da Alemanha ou da França. Nós não podemos dar esses sinais ao mercado, de que o Estado pode querer perturbar as relações de mercado”, defendeu. Também critica o processo, duvidoso. “O que eu percebi foi que as oportunidades apareceram antes das políticas, porque a primeira vez que se fala da participação do Estado e de um fundo soberano que não existe foi há uns meses e, depois, logo a seguir, aparecem os negócios. Ora, conhecemos todos o

mundo dos negócios e não se fazem *overnight*”, aponta. “Os negócios já estavam em curso quando se inventou uma política para dar cobertura a esses negócios”, diz. “Eu não gosto desse tipo de situações, nem na política, nem no tecido económico”, afirma.

António Lobo Xavier é atualmente presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP e foi o convidado do último episódio do Boa Governança, videocast do Jornal Económico (JE) e do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), que iniciou uma segunda série, agora com Marta Saldanha, da direção do IPCG, como coanfitriã.

A questão da entrada do Estado no capital de empresas foi o remate. O tema central foi a evolução do papel dos acionistas. “Nas últimas duas décadas, o papel dos acionistas tem vindo a adquirir uma crescente relevância no contexto”, explica Marta Saldanha. “As empresas enfrentam desafios cada vez mais diversos e onde se requer que o papel do acionista não seja de um mero interesse no seu capital, mas também numa intervenção ao nível da relação com os outros stakeholders”, refere.

António Lobo Xavier considera que não existe um perfil único de investidor, mas que houve um aspeto que se alterou, que é a profissionalização do acompanhamento das empresas. “Os acionistas mais organizados e com maior escala têm formas profissionais mais sofisticadas de acompanhar as empresas. São mais exigentes”, diz.

No início da sua carreira executiva, o contacto com acionistas de empresas cotadas era quase anual. Hoje, a EDP, por exemplo, apresenta planos de investimento e promove um *roadshow* de governance para ouvir os acionistas e explicar o seu modelo de governo.

Marta Saldanha destacou a evolução do Código de Governo das Sociedades, que tem vindo a alargar os espectros daquilo que devem ser as competências de um verdadeiro acionista. E, neste quadro, a influência crescente dos chamados *proxy advisors*, consultores, sobre os investidores institucionais.

Também os administradores não executivos ganharam responsabilidades. “Há uns anos, era passivo. Era um figurante, muitas vezes”, observa Lobo Xavier. Atualmente têm de fiscalizar, questionar e apoiar a gestão. Na EDP, o Conselho Geral e de Supervisão aprova investimentos superiores a 125 milhões de euros, o orçamento e o plano de negócios, além de fiscalizar a gestão.

O modelo dualista da elétrica permite proximidade entre supervisão e gestão. Tem vantagens, mas riscos. “Os modelos complexos dependem muito das pessoas”, adverte.

Neste quadro, foi abordado o tema da sustentabilidade. Lobo Xavier rejeita a ideia de que os investidores aceitem menos retorno em troca de compromissos ambientais ou sociais. As exigências acumulam-se. Na energia, acrescentou, a adesão das comunidades é essencial ao desenvolvimento de projetos renováveis.

Também mudou o catálogo de riscos. Clima, cibersegurança, geopolítica e cadeias de abastecimento exigem maior preparação dos órgãos sociais. O presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP defende formação específica para os não executivos e uma cultura de risco capaz de acompanhar investimentos que demoram anos a concretizar.

O Boa Governança está disponível em jornaleconomico.pt e, em formato podcast, nas principais plataformas.

**António Lobo Xavier**
Advogado, presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP**Marta Saldanha**
Vogal da direção do IPCG

Assista ao programa no seu smartphone através deste QR Code ou em www.jornaleconomico.pt

Recuperação de todo o custo económico da TAP só em 2044

Aviação ■ Além dos mais de 3,2 mil milhões de dinheiro público que o Estado injetou na TAP, existem mais 268 milhões de euros entre juros e custo económico do capital. Este valor total só deverá ser recuperado em 2044. Governo prevê recuperar dinheiro da injeção até 2040.

André Cabrita-Mendes
amendes@medianove.com

Há mais custos da TAP para além do valor injetado pelo Estado português na companhia aérea. Os contribuintes portugueses vão recuperar todo o dinheiro injetado na TAP até 2040: foi esta a promessa feita pelo Governo quando anunciou a venda de 44,9% da companhia à Lufthansa.

Mas, além da injeção do dinheiro público, há mais contas a fazer em relação ao dinheiro público no que toca à TAP. São custos subjacentes, nem sempre claros quando chega a hora de fazer contas.

É que, além dos mais de 3,2 mil milhões de euros injetados na companhia aérea diretamente dos cofres públicos, existem mais de 268 milhões de euros em juros e custo económico.

Tudo junto, dá um total de 3.586 milhões de euros, segundo uma estimativa do analista financeiro Nuno Barradas Esteves que teve por base as estimativas do Governo em termos de encaixe com a venda total da TAP e também os dividendos e valorização da ação da Lufthansa, previstos na segunda fase com a troca de ações.

“Com o custo económico do capital a acumular, os 3.528 milhões só ficam saldados em 2044, depois do horizonte do Governo; em 2040 ainda faltam 283 milhões”, de acordo com a análise de Nuno Barradas Esteves, que estima que o valor nominal (3.260 milhões) seja devolvido em 2038.

O especialista destaca que reembolsar os 3.260,1 milhões nominais “não equivale a recuperar o custo económico total”, referindo-se aos 3.528,6 milhões. “Os recebimentos têm de permitir recuperar também os 268,5 milhões de custos de financiamento acumulados e compensar o custo económico do capital, que continuará a acumular-se enquanto houver capital público investido na TAP”, defende.

“A recuperação do apoio público não pode ser medida apenas pelo valor nominal”, pois os custos de financiamento acumulados “continuarão a crescer enquanto o capital permanecer investido na empresa”, conclui.

Dos 268,5 milhões de euros adicionais, 58,5 milhões correspondem a “juros do empréstimo de emergência até dezembro de 2021. Os restantes 210 milhões correspondem ao custo económico do capital: o rendimento que os fundos aplica-

dos na TAP poderiam ter gerado na tesouraria do Estado gerida pelo IGCP”, explica.

Para chegar aos 3.260 milhões de apoio nominal líquido, é preciso ter em conta os 1.200 milhões (37%) que correspondem ao empréstimo de emergência, mais 569 milhões (17%) relativos à indemnização Covid-19 e outros 1.516 milhões (46%) que dizem respeito aos aumentos de capital, menos o reembolso de auxílio estatal na ordem dos 25 milhões de euros. Já a indemnização Covid-19 está excluída do cálculo do custo económico do capital, por ter natureza indemnizatória, explica.

Nuno Barradas Esteves aponta que o custo económico do capital (210 milhões) é a “componente dominante” dos 268 milhões, superando os 58 milhões de juros do empréstimo. “Este custo representa o retorno que o capital público investido na TAP (incluindo os aumentos realizados entre dezembro de 2021 e janeiro de 2025) poderia ter gerado para o Estado através da gestão de tesouraria do IGCP”.

E deixa outro aviso à navegação: os 268,5 milhões de custos de financiamento acumulados “continuarão a crescer enquanto o capital permanecer investido na empresa”.

O Governo anunciou a 14 de outubro que prevê receber quase 3,5 mil milhões de euros até 2040 relativo à Lufthansa, permitindo devolver a totalidade da injeção pública, com base no dinheiro recebido pela venda total da TAP, mas também nos 1.400 milhões de euros previstos com dividendos e valorização da ação.

O custo económico total da TAP é o dinheiro injetado diretamente, mais juros, mais o não-ganho de capital por não estar a rentabilizar em aplicações. Custo



Lufthansa foi a escolhida para comprar até 49,9% da TAP. A companhia foi avaliada

O grou que veio do frio para salvar a TAP com 2,5 mil milhões

Negócio do mês ■ A Lufthansa apresentou a melhor proposta para comprar uma fatia minoritária da TAP. E deixou a porta já aberta para comprar a totalidade.

André Cabrita-Mendes
amendes@medianove.com

O grou que veio do frio para salvar a TAP. Esta ave também existe em Portugal e é migratória: passa o inverno no Sul da Europa e voa para o Norte no verão. É esta a ave

que surge desde 1918 no logótipo da companhia aérea alemã Lufthansa.

Agora, promete mais de 2,5 mil milhões de euros para comprar a totalidade da TAP.

O Estado vai receber em dinheiro 1.201 milhões de euros decorrentes da venda de 49% da TAP. Depois, a venda dos



a em mais de 2,5 mil milhões de euros. Segunda fase prevê troca de ações

restantes 50,1% deverá render mais 863 milhões de euros também em 'cash'.

Mas a segunda fase da privatização pressupõe a troca de ações, com o Estado português a receber ações da Lufthansa. Nas contas do Governo, isto vai colocar o Estado como o segundo maior acionista da

A Lufthansa avaliou a TAP em mais de 2,5 mil milhões de euros. Já tem um plano para a segunda fase que envolve 'cash' e a troca de ações, com o Estado a tornar-se dono de 5%

companhia aérea alemã, com 5% do capital, apenas atrás da Fundação Kühne, que conta com 20%.

Ora, sendo acionista do Grupo Lufthansa, o Estado prevê receber um total de 1.400 milhões de euros em ações, mais dividendos acumulados do grupo alemão até 2040. Feitas as contas, o Estado português pode encaixar 19,8 milhões de euros por ano em dividendos, ao valor atual da remuneração acionista, de 0,33 euros. São quase 200 milhões de euros no espaço de 10 anos.

Nas contas do Governo, é assumido um 'dividend yield' de 3,9% para uma ação cotada a 8,8 euros, o que dá um dividendo anual de 0,3432 euros por ação. Contas feitas, são 20,6 milhões de euros em dividendos pela fatia de 5%.

O Governo assume na sua apresentação que a sua estimativa está "dependente da performance e cotação da empresa". Tendo em conta o preço-alvo da ação assumido pelo Governo de 8,8 euros, isto significa que a posição de 5% vai valer 528 milhões de euros.

"Já podemos encarar o futuro da TAP com entusiasmo e confiança. Isso deve-se ao esforço dos portugueses, que injetaram nos últimos anos na empresa mais de 3,2 mil milhões de euros dos seus impostos, dinheiro que, ao ser canalizado para a companhia, deixou de estar disponível para outras despesas públicas, nomeadamente nos serviços públicos essenciais. Desde o início que assumimos o nosso objetivo de recuperar esse valor para os portugueses", disse o Primeiro-Ministro Luís Montenegro a 14 de outubro.

"Por isso, fomos firmes e exigentes na negociação, de forma a obter as melhores condições e contrapartidas e reduzir a exposição futura do Estado, precisamente para podermos maximizar o esforço que fizemos antes com a injeção de capital. É por isso que esta parceria entre a TAP e a Lufthansa nos aponta para esse caminho: a recuperação total do valor que os portugueses investiram na TAP", acrescentou.

A Lufthansa espera uma aprovação "mais rápida" do negócio da TAP em Bruxelas face à compra da italiana ITA.

"Espero que seja mais rápido do que a ITA, um processo mais fácil", disse o CEO da Lufthansa a 15 de outubro.

"Os nossos amigos em Bruxelas, os líderes da Europa, percebem que o mundo mudou e que é do interesse da Europa criar fortes empresas globais. A atitude mudou em Bruxelas", analisou Carsten Spohr.

"A sobreposição da TAP com a Lufthansa é muito menor do que com outros potenciais compradores, como a IAG ou a Air France-KLM, onde seria enorme. Do nosso ponto de vista, é uma transação fácil de aprovar", acrescentou.

E também deixou uma mensagem ao Governo do seu país: "A Alemanha, uma nação líder na Europa, deve garantir que a Europa não fica atrás dos EUA e da Ásia", defendeu Carsten Spohr.

PESSOAS

Inês Amado

iamado@medianove.com

A **Miranda & Associados** anunciou este mês a integração de oito advogados: **Filipe Machado e Costa, Saul Fonseca, Joana Morais Batalha, Beatriz de Matos Barradas, João Quaresma Xavier, Ana Wallis Carvalho, Sofia Pizarro Bravo e Nádía Ferreira** reforçam as equipas de Fiscal, Comercial & Societário, Projetos e Infraestruturas e Transportes.

A **Eversheds Sutherland**

Portugal promoveu **Joana Pinhal** a sócia convidada do Departamento de Societário e Fusões e Aquisições. Passa também a assumir as funções de coordenadora-adjunta da área de prática de Corporate e M&A e de



Joana Pinhal

responsável pelas áreas de Private Equity e Venture Capital.

A **Paxlegal** reforçou a equipa em Braga com a integração de **Nuno da Silva Vieira, Rui Ferreira Antunes e Ana Peixoto** como sócios de capital, contratando também **Isa Meireles** como associada sénior. **Nuno da Silva Vieira** irá ainda assinar o cargo de co-managing partner.

A **RME Legal** promoveu **João Rebelo Maltez**, especializado em Direito da Imigração, Nacionalidade e Imobiliário, a sócio, reforçando o projeto iniciado por **Raquel de Matos Esteves** em 2021.

A **Spear Legal**, de **António António Gaspar Schwalbach**, reforçou a equipa com a contratação de **Tiago Sousa Freitas** como novo sócio e de **Miriam Campos Dionísio** como associada sénior.



Gonçalo Andrade e Sousa

A **Linklaters** reforçou as suas operações em Lisboa com a integração de **Gonçalo Andrade e Sousa**, que irá liderar a área de Direito Público e Regulatório.

A **Franco Zibaia** integrou os advogados **Sofia Carrêlo Guerra e Afonso Cunha Somsen** como associados, até então estagiários do escritório fundado em 2021.

A **Deloitte Legal Telles** reforça equipa de Propriedade Intelectual com integração de **Lídia Neves** como nova sócia.

A **PKF Mozambique** – Auditores e Consultores promoveu **Ildefonso Uchoane** a country leader partner. É a primeira vez que a sociedade sediada em Maputo é chefiada por um quadro nacional.

A **KPMG** em Portugal e Angola anunciou a promoção de 12 profissionais à sua partnership e a contratação de mais de 200 jovens talentos desde o início de 2026.

A **Andersen** incorporou **Gonçalo Dorotea Cevada** como novo sócio de Fiscal no escritório de Lisboa, reforçando a sua especialização em preços de transferência e no aconselhamento a grupos multinacionais.

A **Pérez-Llorca** integrou **Joana Mota Agostinho** como sócia no escritório de Lisboa. A advogada assume a liderança da nova prática no escritório de Lisboa, dedicada aos desafios da transformação tecnológica e digital.

A **Schiappa Cabral** integrou **Rita Delgado e Simão Mira** como sócios, acompanhados pela respetiva equipa. Os dois advogados vêm reforçar as competências da firma nas áreas de M&A, Urbanismo, Imobiliário e contencioso.

Cuatrecasas apoiou Hope Care em ronda de seis milhões

Capital de risco ■ A Cuatrecasas assessorou a *healthtech* portuguesa Hope Care, especializada em software médico certificado para monitorização remota de doentes, no fecho de uma ronda de financiamento Série A no valor de seis milhões de euros, constituída integralmente por novo capital. A ronda

de investimento foi liderada pela gestora de *private equity* e *venture capital* Iberis Capital, contando também com a participação da Vieira de Matos - VDM Capital, e da Buenavista Equity Partners, já acionista da empresa. Os fundos angariados vão ser aplicados na expansão europeia da Hope Care, visando reforçar a sua capacidade comercial e operacional para o lançamento e escala de novos programas de monitorização remota.

22,5

Assessorias ■ A aquisição de 22,5% (cerca de 120 milhões de euros) da Floene pela italiana Italgas foi assessorada pelas sociedades Pérez-Llorca e Uría Menéndez, com a primeira a apoiar a parte adquirente e a segunda a vendedora.

Antas da Cunha Ecija assessorou Quadrante

Negócios ■ A sociedade de advogados Antas da Cunha Ecija prestou assessoria jurídica à Quadrante na compra da unidade de negócio de Engenharia da Geometric Talks, sediada no Porto. A transação foi comunicada publicamente em setembro e inclui uma carteira de projetos avaliada em cerca de 750

mil euros em Portugal e Angola. A equipa jurídica da Antas da Cunha Ecija que acompanhou a adquirente integrou Carolina Meireles, *counsel* da área de Comercial, Societário e M&A, e os associados Tânia Nogueira e Tomás Moita. Segundo Carolina Meireles, a operação em causa “traduz a aposta estratégica da Quadrante no reforço e consolidação das suas capacidades na área da engenharia de infraestruturas de energia”.

Transações continuam a cair em Portugal

M&A ■ Mercado português está em contraciclo com os congéneres do Sul da Europa, mantendo a tendência de descida que se verifica desde o início do ano.

Manuel Rifer
mrifer@medianove.com

Nos primeiros nove meses deste ano, o capital mobilizado no mercado transaccional em Portugal caiu 45%, face a igual período do ano passado, para 7,8 mil milhões de euros, de acordo com os dados da TTR Data. O número de operações reduziu-se em 27%, para 379.

É um prolongamento da tendência de quebra verificada desde o início do ano.

No terceiro trimestre houve 120 operações de fusões e aquisições (M&A, na sigla inglesa), anunciadas ou concluídas, no valor de 4,7 mil milhões de euros, insuficientes para compensarem a quebra acumulada.

O recuo em Portugal contrasta com a evolução do Sul da Europa. No primeiro semestre, o valor das fusões e aquisições na região aumentou 37%, para 147,7 mil milhões de euros, apesar de o número de negócios ter diminuído 6%, para 1.858. São dados de um relatório da Forvis Mazars e da Mergermarket. O crescimento foi impulsionado por grandes transações.

Segundo o mesmo estudo, no mesmo período, em Portugal, o capital mobilizado limitou-se a 800 milhões de euros de valor anunciado, contra os 6,3 mil milhões um ano antes, o que decorre do efeito Novobanco. O núme-



Nicolas Namias, CEO do BPCE. Compra do Novobanco ainda pesa

ro de operações caiu 37%, para 82.

O peso das operações excecionais marcou 2025. A aquisição do Novobanco pelo francês BPCE, anunciada por 6,4 mil milhões de euros, inverteu os indicadores de um ano que, sem esse negócio, teria apresentado uma quebra acentuada.

A Mergermarket identificou 33 potenciais operações em Portugal, em 12 setores, num universo de 608 oportunidades sinalizadas no Sul da Europa.

“Embora o mercado português de M&A registe um número de transações menor, a verdade é que existem muitas oportunidades”, afirma Filipa Matias, *senior manager* de Transaction and Advisory Services da Forvis Mazars em Portugal. Acrescenta que a atividade nas operações de pequena e média dimensão “continua presente, embora seja menos visível nos dados de transações com valores divulgados”.

“Há muito capital disponível,

não há é, se calhar, tantas oportunidades”, afirmou Rui Corrêa Henriques, responsável pelo Corporate and Investment Banking do Santander em Portugal, ao Jornal Económico em setembro. O banqueiro antecipa uma recuperação no prazo de seis a 18 meses.

Os resultados do estudo da Forvis Mazars e da Mergermarket não são diretamente comparáveis com os da TTR Data, por utilizarem critérios diferentes, mas confirmam que o número de negócios caiu e que faltam grandes operações.

Estrangeiros compram

Segundo a TTR Data, Espanha foi o país que mais investiu em Portugal até setembro, com 28 operações, e também foi o principal destino do investimento português, com 37 negócios, e no Reino Unido, com nove.

As compras estrangeiras no setor de tecnologia e internet recuaram 16% em termos homólogos.

Entre os negócios destacados pela Forvis Mazars no primeiro semestre está o investimento no grupo de mediação de seguros Sabseg, numa operação global de 600 milhões de euros envolvendo a Miura Partners e o reforço da posição da Schroders, de 2% para 20%. Seguiu-se a aquisição do Caesar Park, em Sintra, pela Catterton Management e pela Cedar Capital Partners, por 140 milhões.

Abreu e Latitude 10 aliam-se para a Venezuela

■ A Abreu Advogados e a consultora de investimento Latitude 10 assinaram um protocolo de cooperação estratégica para identificar oportunidades de negócio e apoiar empresas e investidores nacionais e internacionais na Venezuela. As duas entidades consideram que a abertura progressiva da economia venezuelana ao capital estrangeiro, acompanhada pelo alívio de sanções e por mudanças institucionais, pode favorecer novos projetos empresariais e financeiros. O acordo prevê ainda missões empresariais e institucionais, iniciativas de internacionalização e a organização de conferências e publicações dedicadas ao investimento na Venezuela.

“A Latitude 10 parte de uma realidade concreta baseada no contexto geopolítico atual e na necessidade de diversificação de acesso a matérias-primas críticas e de assegurar novas alternativas nas cadeias de abastecimento”, afirma a *managing partner* consultora, Rita Marques Guedes, ao JE.

Marques Guedes destaca a procura crescente de consultoria estratégica para a América Latina, com particular atenção às mudanças em curso na Venezuela. “São mercados que obviamente requerem maior nível de segurança jurídica”, sublinha, justificando a parceria com a Abreu Advogados.

A economia venezuelana deverá crescer 5% em 2026 e 7% em 2027, segundo o FMI. Mas com uma inflação de 467,9% este ano e de 174,7% no próximo.

SRS Legal em duas operações de capital de risco

Assessorias ■ A SRS Legal prestou apoio jurídico às sociedades Índico Capital Partners e Lince Capital no levantamento de 28 milhões de euros da portuguesa Beyond Vision, fornecedora de drones para a NATO. Recentemente, o escritório de advocacia acompanhou igualmente a Intuitivo, startup de

EdTech portuguesa, numa ronda de investimento *seed* de 1,35 milhões de euros. Ambas as operações foram lideradas pelo sócio Paulo Bandeira e pela coordenadora Solange Fernandes, responsável pela área de Startups da SRS Legal. Semanas antes, a sociedade anunciou ter assessorado a AddLife na compra de 100% do capital social da Unicam Sistemas Analíticos, empresa portuguesa de equipamento laboratorial.

67,4

M&A ■ O Morgan Stanley manteve a liderança entre os assessores financeiros de operações de fusões e aquisições, com 67,4 mil milhões de dólares (60,43 mil milhões de euros) em valor de transações até setembro.

PLMJ e RVA na venda do Standard Bank Angola

Privatização ■ As sociedades de advocacia PLMJ e PLMJ Colab Angola – RVA Advogados apoiaram o Standard Bank Group na Oferta Pública de Venda (OPV) do Standard Bank Angola (SBA). A assessoria foi liderada pelos sócios Raquel Azevedo e Gonçalo dos Reis Martins, acompanhados por uma vasta equipa multidiscipli-

plinar de Bancário e Financeiro, Mercado de Capitais, direito societário e M&A e Direito Fiscal. No final de setembro, o SBA tornou-se na sétima empresa cotada da Bolsa de Dívida e Valores de Angola (Bodiva). Como acionista de referência, o Standard Bank Group Limited, sediado em Joanesburgo, ficou com 24% da instituição. A operação envolveu a alienação de 34% do capital social do SBA, enquadrada no Propri-

Proença de Carvalho no Porto e atento a novas oportunidades

Expansão ■ Sociedade de advogados instala-se no Norte e integra Miguel Gonzalez Amado e Pedro Duarte Batista como sócios.

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

A Proença de Carvalho abriu um escritório no Porto e integrou como sócios Miguel Gonzalez Amado, especialista em Direito Fiscal, que assume a coordenação da nova unidade, e Pedro Duarte Batista, que reforça as áreas de Societário e fusões e aquisições (M&A). Vêm ambos da VdA.

Instalado na Rua Aristides de Sousa Mendes, na Boavista, o escritório terá uma equipa local e trabalhará em articulação com Lisboa. A aposta responde à procura de empresas e investidores do Norte. “Será um escritório construído e liderado por pessoas da região”, afirmam Francisco Proença de Carvalho e André Matias de Almeida.

Depois desta expansão, Francisco Proença de Carvalho explica que a prioridade, agora, é consolidar a sociedade, que “renasceu”, de forma independente, em janeiro de 2025. Mas olhando para o mercado. “Estamos sempre atentos a oportunidades que se enquadrem na natureza da Proença de Carvalho”, diz ao Jornal Económico.

A expansão para o Porto surgiu assim. “Por termos encontrado as pessoas com os valores, a competência e o dinamis-



Miguel Gonzalez Amado e Pedro Duarte Batista

mo certos para assumir esta responsabilidade a norte”, diz.

A estratégia passa por acompanhar os clientes e desenvolver as carreiras dos advogados, mantendo uma organização flexível e uma aposta na tecnologia. “Estamos convencidos de que podemos estar na primeira linha da advocacia com uma estrutura mais leve, mas que preserve os valores fundamentais da profissão e esteja bem aparelhada tecnologicamente”, defende Proença de Carvalho.

Miguel Gonzalez Amado tem cerca de 16 anos de experiência em fiscalidade nacional e internacional, incluindo assessoria em

operações de M&A, reorganizações societárias e estruturação fiscal. O novo coordenador considera “um desafio irrecusável” criar um escritório orientado para as empresas do Norte e os investidores internacionais.

Pedro Duarte Batista, com experiência em transações societárias e contratos comerciais, aponta a sucessão geracional, o crescimento e a entrada de novos parceiros como desafios das empresas nortenhas. “É com uma equipa local, que conhece profundamente a região, que queremos acompanhá-las nas operações determinantes para o seu futuro”, afirma.

Centros de dados, IA energia e regulação em debate

Lisbon Law & Tech ■ Conferência é promovida pelo Instituto de Conhecimento da Abreu Advogados

A expansão dos centros de dados em Portugal, impulsionada pela inteligência artificial e pela computação em nuvem, vai estar em debate na 8.ª edição do Lisbon Law & Tech, onde serão analisadas as condições para Portugal captar investimento em infraestruturas de processamento de dados, num mercado em que a disponibilidade de energia, os custos de operação e a regulação ganham peso nas decisões dos investidores.

A conferência é organizada pelo Instituto de Conhecimento da Abreu Advogados, realiza-se a 4 de novembro, no auditório da sociedade de advogados, em Lisboa, e reúne representantes do Governo, da academia, da indústria tecnológica e da advocacia.

A abertura estará a cargo de Bernardo Correia, secretário de Estado para a Digitalização, que abordará o papel de Portugal no desenvolvimento dos centros de dados. Seguem-se dois painéis dedicados aos desafios tecnológicos,

empresariais, jurídicos e ambientais associados ao crescimento da atividade.

O primeiro, “Da construção à operação: os desafios dos grandes Data Centers”, reúne Alexandre Francisco, vice-presidente do Instituto Superior Técnico para as Tecnologias Digitais, Nuno Lopes, vice-presidente para a Europa e África da Furiosa AI, e Patrícia Viana, sócia da Abreu Advogados. A moderação cabe a Arlindo Oliveira, professor do Instituto Superior Técnico. Estarão em análise o investimento e os obstáculos à instalação e operação destas infraestruturas.

O segundo painel, “Energia, regulação e sustentabilidade: como governar o crescimento dos Data Centers”, junta Jorge Andrade, administrador da Portugal DC, Carlos Paulino, diretor-geral da Equinix em Portugal, Tiago Corrêa do Amaral, sócio da Abreu Advogados, e Madalena Bernardes Coelho, sócia contratada da sociedade. A moderação será de André Cabrita-Mendes, redator principal do Jornal Económico.

A sessão discutirá o acesso à rede elétrica, a segurança de abastecimento, as exigências ambientais e as regras aplicáveis a projetos intensivos em energia. O objetivo é identificar condições que permitam conciliar a atração de investimento com a sustentabilidade e a competitividade da economia portuguesa.

O programa conta ainda com Luís Barreto Xavier, presidente do Instituto de Conhecimento, e Ricardo Henriques, membro executivo do conselho de administração da Abreu Advogados. A participação é gratuita, mediante inscrição prévia. MR



Bernardo Correia
Secretário de Estado para a Digitalização

Lisbon, ———
Law and Tech
2026 for bold minds



Instituto de
conhecimento:

8^a edição
4 novembro

Data Centers: no centro da Economia Digital

WHERE LAW MEETS TECHNOLOGY

Saiba mais:



lisbonlawandtech.com



Powered by:

Abreu:
advogados